

TUDO PARECE (NÃO) SER DIFERENTE!

Celia Mazzo Mura *

Resumo

Este artigo é resultado de estudos sobre a História da Educação Brasileira durante o período colonial. Tem o propósito de mostrar que a forma de organização jesuítica da educação aqui implantada, como fruto de um transplante cultural sem alterações, não deve ser confundida com as práticas religiosas e educacionais existentes àquela época na Europa. O argumento leva em conta a diversidade inerente ao universo natural do Brasil colônia, que se apresentava de forma diferente daquele existente no continente europeu.

Abstract

This article is the result of studies about the History of the Brazilian Education during the colonial period. It has the purpose that way of Jesuitic organization of the education intruded here as a fruit of a cultural transplant with no changes mustn't be mistaken with the educational and religious practices existent to that epoch in Europe. The argument takes in consideration the variety inherent to the natural universe of Brazil colony, that introduced itself from a different way to that existent in the European continent.

Introdução

Pela análise do que vem sendo dito sobre o desenvolvimento da sociedade colonial em geral, as ações dos homens que vieram para o Brasil a partir do Século XVI parecem-nos mecânicas, mero transplante da cultura portuguesa.

Nessa perspectiva de reflexo, o único sentido das atividades desenvolvidas pelos colonizadores é o do cumprimento das ordens, idéias ou valores culturais da metrópole. Portugal é entendido apenas como o país que impõe situações indejesáveis à colônia, como afirma Ribeiro:

O objetivo dos colonizadores era o lucro, e a função da população colonial era propiciar tais lucros às camadas dominantes metropolitanas. (RIBEIRO, 1984: 25).

Essa simplificação na compreensão do que aconteceu também está presente na literatura sobre História da Educação ou no ensino ministrado nesta área hoje em dia. Tudo se passa como se os colonizadores fossem simples agentes repetidores dos ideais, valores e práticas já existentes em Portugal. Sem se considerar um conteúdo mais amplo de relações mais complexas, a educação na colônia é apresentada como uma cópia do país colonizador.

A crítica referida aqui se justifica a partir da necessidade de entendimento da prática educativa na

* Mestre em Educação. Docente da UNIPAR.

colônia como expressão das atividades humanas, desenvolvidas naquele momento e não como sistema organizado e introduzido rigidamente. Se em Portugal havia ainda um vigor do pensamento escolástico na estruturação do ensino, no Brasil isto não acontecia, embora Ribeiro afirme:

A orientação universalista jesuítica contida no Ratio, concentrou sua programação nos elementos culturais europeus e foram seguidos rigorosamente pelos jesuítas em quaisquer regiões que atuassem. (RIBEIRO, 1984: 31).

Esse tipo de explicação das quais a de Ribeiro é um exemplo, deixam de mostrar a vinculação da educação com o processo de desenvolvimento da colônia enquanto prática vivida no interior de relações e circunstâncias que envolveram o colonizador e o colonizado. Deixam de mostrar que o processo de transformação da colônia é absolutamente diferente daquele vivido em Portugal por muitos e muitos séculos após o descobrimento do Brasil.

Sem nenhuma preocupação com o esclarecimento das condições reais e objetivas com as quais os jesuítas se confrontaram e, perdendo assim, sua base objetiva, as interpretações históricas fazem com que a realidade da metrópole seja encaixada no mundo colonial brasileiro. Reduzir a forma do trabalho introduzida à força no Brasil à forma servil existente em Portugal é ignorar que a produção no Brasil está voltada para a troca, para o mercado mundial, enquanto, em Portugal, essa produção é, em larga medida ainda, voltada para a subsistência. A interpretação do trabalho, intencionalmente organizado para a produção em larga escala como condição do mercantilismo também é difícil de acatar. Não estabelecer diferença entre a função do lucro no mercantilismo e no capitalismo é bastante surpreendente. Homogeneizar a classe dominante independentemente das frações que se digladiam quanto à forma de destinação da riqueza - se para o luxo da corte ou para investimentos na produção - é não reconhecer as lutas em Portugal, que se caracterizaram pelo combate contra a ociosidade dos nobres e religiosos e contra os defensores do comércio

nas costas da África. Em conclusão, supor que o pensamento educacional jesuítico encaminhado no Brasil é idêntico ao que os padres desenvolveram na metrópole é querer ver igualdades onde existem muitas diferenças.

O mais importante a ressaltar nas críticas à visão controvertida que a historiografia apresenta, é que a atuação dos jesuítas no Brasil não pode ser confundida com as práticas religioso-educacionais dessa época em Portugal. O contato dos inicianos com uma realidade bastante distinta da metrópole, só isso, já faria com que independentemente das intenções, os jesuítas assumissem outras formas de ação. A "reação" dos padres e dos homens ao ambiente da colônia começava pela luta pela sobrevivência, muito diferente da européia.

Os embates travados na colônia foram marcados pela preocupação com o universo natural e sua transformação. A prática de vida desses homens não pode ser analisada apenas pelo prisma dos interesses, desejos e ambições das classes dominantes da Europa. A atuação dos colonizadores em conjunto com os jesuítas tem uma explicação muito mais abrangente, enfatizada por Neves:

A ação dos colonizadores tem sua explicação nas exigências mais gerais do movimento dos homens, que se desencadeia com as grandes navegações, onde o mundo inteiro se move nesta época. (NEVES, 1993: 61).

A expansão civilizadora na colônia tem um movimento (interno) onde tudo é objeto de investigação, tudo é novo, diferente, tudo é objeto de livre exame. Essa realidade facilita ou possibilita aos homens a liberdade para criar novas formas de organização social. Não basta saber, é necessário aprender. Nesse contexto, a defesa dos dogmas da sociedade medieval não tem nenhum sentido. De acordo com Nagel:

Os jesuítas, aqui, não se mobilizavam para educar nem o protestante que pleiteava a unidade nacional contra o papado, nem o moralista que pretendia reformar os valores cristão perdidos. (NAGEL, 1994: 8).

O conteúdo da organização jesuítica aqui no Brasil tem um aspecto diferente do conteúdo das demais organizações religiosas fora do espaço colonial. Isto porque os jesuítas estão em contato com um mundo onde o seu interlocutor é o índio e este não conhece os valores do mundo medieval, ignora o interesse por riquezas ou lucros, não compreende a luta pelo poder e nem as idéias de uma sociedade de classes. Assim sendo, é muito difícil concordar com a idéia de que as ações dos padres são uma simples réplica dos valores do mundo português.

Não se pode negar que, na educação jesuítica dada no Brasil, existe uma ênfase na doutrina cristã, mas isso acontece com uma perspectiva diferente da européia. Na organização de sua própria ordem, os jesuítas criam uma estrutura que não se ajusta mais aos valores da igreja medieval, nem se propõem a preservar as relações consagradas pelo feudalismo. Seus interesses não correspondem às regras dos mosteiros. A previsão de suas funções distancia-se das demais agremiações religiosas criadas ou dominadas pelo espírito da Escolástica. O trabalho religioso desses homens concentra-se, principalmente, nos processos de colonização. A mobilização em torno da conquista, da exploração de novos mundos, de reconhecimento de novas formas e fontes para a reprodução da vida, da educação de homens diferentes leva ao afastamento da questão inquisitorial, ao distanciamento da ideologia medieval ainda muito viva em Portugal.

A educação jesuítica no Brasil, nessa época, assume uma forma que corresponde ao modo de vida da própria colônia. Muitos fatores externos e internos, combinados, podem explicar melhor as diferenças entre colônia e metrópole. Os anseios dos homens para adquirir terras para a produção, o contato com a natureza rica e diversificada, base da sobrevivência e da exploração lucrativa, conduzem os jesuítas à educação com base na valorização do trabalho. Assim, a catequese reveste-se da necessidade de impedir que os índios continuem praticando seus costumes e de ensiná-los a não serem ociosos, negligentes e nem imorais. A luta contra a ociosidade em favor

do trabalho disciplinado não é uma luta medieval. Esse conteúdo educativo coaduna-se mais com a interiorização de uma nova ordem, de uma nova autoridade que, desligada do mundo metafísico, pretende organizar a produção social.

A preocupação dos padres no Brasil não era com os valores do mundo medieval, contemplativo. Eles não estavam interessados em introduzir o acervo à cultura européia na educação da colônia. No Brasil a necessidade dos colonizadores está em transformar as coisas da natureza em mercadorias, em produzir. Para isso, uma condição básica: ensinar os que, mais tarde, irão constituir a classe dos expropriados a pegar gosto pelo trabalho.

Toda a mobilização pedagógica dos jesuítas é marcada por uma forte preocupação com o trabalho organizado que, identificada com as propostas do pensamento liberal, é uma característica do mundo moderno. A formação do ser ativo e produtivo, que Montaigne capta em termos de desenvolvimento e que serve de suporte para Locke em sua proposta de formação do homem, já estava presente nas ações dos jesuítas. Os educadores do novo mundo, utilizando-se de estratégias psicológicas ou emocionais, investiam na formação do homem que devia rejeitar o pecado da preguiça.

Para os jesuítas da colônia é necessário transformar os costumes dos gentios. Na pseudo-escolarização do índio, o fundamental não são os conhecimentos, mas os novos hábitos. Os hábitos antropofágicos devem ser eliminados; a nudez deve ser abolida e o selvagem deve tornar-se um agente intencionalmente ativo, um cristão mobilizado para o trabalho. Só esse quadro de intenções já mostraria as diferenças de posturas entre os religiosos de Portugal e os religiosos do Brasil.

Existe uma diferença radical entre o processo de modernização do homem feudal e o do homem colonial que passa pelas formas de existência, que caracterizam ambientes e movimentos históricos distintos. Na transição feudal-capitalista, o mais relevante é lutar contra a terra enfeudada, a esmola, a caridade, a dependência do servo e isso significa lutar

contra a Igreja. Os padres, nesse contexto, não podem lutar contra si mesmos; não podem lutar contra os feudos (a maioria nas mãos dos prelados) nem contra as virtudes (esmola e caridade) que justificam tanto a fé católica como a existência dos feudos, vistos, cristãmente, como abrigos de miseráveis desocupados.

No Brasil, no entanto, essa realidade não existe. A terra não é da Igreja, mas do pagão. Nesse caso, a transformação da propriedade comunal em propriedade privada (da coroa ou dos colonizadores) é justificada. Retirada a terra dos antigos donos, justificada a propriedade civil, ficam garantidas as condições concretas de combate à ociosidade. Aqui o combate à ociosidade torna-se a bandeira de desenvolvimento. A caridade e a esmola deixam de ser importantes como virtudes. A propriedade privada precisa de braços. A estimulação do amor ao dever, ao trabalho, precisa ser ativada. A qualidade do colonizador, que veio para o Brasil, consiste em transformar o gentio em virtuoso agente produtivo. Isso tudo, se comparado ao que acontece em Portugal, mostra as grandes diferenças entre as práticas e porque uma não pode ser vista como simples transposição da outra.

O processo de transição feudal-capitalista é marcado pela preocupação constante com a organização da produção. Todavia, no Brasil, as circunstâncias são diferentes das de Portugal. A prática social aqui, desenvolvida no sentido de organizar a sociedade do trabalho, pressupõe a transformação intensional da natureza. Conforme Nagel, o pensamento dos colonizadores que vieram para o Brasil já organizado pelo método de observação dos fatos e dos fenômenos existentes apresentando-se *sem nenhum ranço medieval que pudesse tirar a clareza ou a objetividade das informações*. (NAGEL, 1989: 1).

O constante relato ou descrição da riqueza existente nas terras brasileiras pelos colonizadores vem demonstrar uma prática que secundariza problemas de ordem metafísica ou de ordem política. Isso já não se pode dizer das correspondências ou dos textos

dos escritores da pátria portuguesa. Os manuais dos inquisidores dão o tom dos comportamentos esperados. Ameaçam os ricos (principalmente os judeus), condenam as práticas modernas nascentes e asseguram ações intolerantes e retrógradas. O interesse da classe dominante é impedir pecados e discutir punições. Tudo parece, portanto, lá em Portugal, ser muito diferente...

Bibliografia

1. ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no seminário de Olinda (1800-1836)**. Ibitinga: Humanidades, 1993.
2. MENDES, Claudinei Magno Magre. **Cultura e Opulência do Brasil: Um tratado sobre o governo da gente e fazenda**. São Paulo: UNIMEP, 1993. (Dis. mestrado).
3. MENEZES, Sezinando Luiz. **Padre Antonio Vieira. A cruz e a espada**. São Paulo: USP, 1992. (Dis. mestrado).
4. NAGEL, Lizia Helena. **Educação & atividade humana: desencontro ou interpretação**. Maringá: UEM/DFE, 1994.
5. _____. **Começando pela carta de Caminha**. Maringá: UEM, IX AESUFOPE, 1989.
6. _____. **Um homem só pode pagar a conta?** In: Apontamentos, (09): 15-45, Maringá: UEM, nov. 92.
7. NEVES, Fátima Maria. **Educação jesuítica no Brasil-Colônia: a coerência da forma e do conteúdo**. São Paulo: UNIMEP, 1993. (Dis. Mestrado).
8. RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação**. São Paulo: Moraes, 1984.